

**ESTADOS UNIDOS: DEBATE POLÍTICO, MITOLOGIAS
E REPRESENTAÇÕES.
COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS DE MARY A.
JUNQUEIRA, CECÍLIA AZEVEDO E
TÂNIA DA COSTA GARCIA**

Kátia Gerab Baggio¹

Resumo. Neste texto, comento os artigos de Mary A. Junqueira, Cecília Azevedo e Tânia da Costa Garcia sobre James Fenimore Cooper, William James e Carmen Miranda, respectivamente. São trabalhos representativos da recente produção historiográfica brasileira sobre os Estados Unidos, que abordam elementos essenciais das culturas políticas em confronto nos debates políticos, intelectuais e artísticos norte-americanos, nos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Estados Unidos; James Fenimore Cooper; William James; Carmen Miranda.

**UNITED STATES: POLITICAL DEBATE, MYTHOLOGIES
AND REPRESENTATIONS.
COMMENTARIES TO THE ARTICLES WRITTEN BY
MARY A. JUNQUEIRA, CECÍLIA AZEVEDO AND
TÂNIA DA COSTA GARCIA**

Abstract. The aim of this paper is to comment the articles written by Mary A. Junqueira, Cecília Azevedo e Tânia da Costa Garcia about James Fenimore Cooper, William James and Carmen Miranda. The articles are representative works of Brazilian historiography about the United States, more specifically about some essential elements of the political cultures in face with the North American political, intellectual and artistically debates, in the 19th and 20th centuries.

Key words: United States; James Fenimore Cooper; William James; Carmen Miranda.

¹ Professora doutora de História da América do Departamento de História da FAFICH – UFMG. Áreas de Pesquisa: História Latino-Americana e Caribenha; História e Culturas Políticas; História das Idéias e dos Intelectuais. e-mail: kgbaggio@uol.com.br

Faço aqui breves comentários acerca dos trabalhos apresentados na mesa-redonda intitulada “Idéias, representações e mitos norte-americanos”, apresentada originalmente no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha - ANPHLAC, realizado em Belo Horizonte de 24 a 26 de julho de 2002.

Os textos de Mary A. Junqueira - “James Fenimore Cooper e a Conquista do Oeste nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX” -, Cecília Azevedo - “Pelo avesso: crítica social e pensamento político-filosófico no alvorecer do ‘século americano’: William James e o Pragmatismo” - e Tânia da Costa Garcia - “Carmen Miranda e os *good neighbours*” - são representativos da recente produção historiográfica brasileira sobre os Estados Unidos, mais especificamente sobre alguns elementos essenciais que conformam culturas políticas em confronto nos debates políticos, intelectuais e artísticos norte-americanos.²

JAMES FENIMORE COOPER E A MITOLOGIA DO OESTE

Mary A. Junqueira, em seu artigo, retoma a temática da mitologia do Oeste norte-americano, sobre a qual se debruçou em sua tese de doutorado.³ Sua atenção agora se volta para a obra de James Fenimore Cooper, romancista que, na primeira metade do século XIX, entre 1823 e 1841, publicou os cinco títulos que compõem a série *Leatherstocking Tales*. Mary Junqueira optou por explorar, nesse texto, o primeiro dos cinco romances, *Os Pioneiros*. Cooper, como afirma Junqueira, é considerado um dos formuladores da narrativa simbólica e mitológica acerca do Oeste que constituiria as bases para a construção mitológica posterior, constantemente retomada, de diferentes maneiras.

Cooper pertencia a uma família de latifundiários em decadência, cujas terras tiveram que ser vendidas em razão de dívidas contraídas. A literatura e a diplomacia tornaram-se os meios de sobrevivência do autor. Como mostra Junqueira, a trajetória pessoal de Cooper foi a base para a construção de sua obra literária. Algumas das principais questões que norteavam os debates político-ideológicos no final do período colonial e nas primeiras décadas de constituição do novo Estado estão presentes na obra de Cooper, de 1823: o confronto metrópole *versus* colônias; monarquia ou república; Leste e Oeste; as rápidas transformações pelas

² Para o conceito de cultura política, ver: Serge Berstein (1998), Giacomo Sani. (1992) e Rodrigo Patto Sá Motta (1996).

³ Mary Anne Junqueira (2000).

quais o país passava nas primeiras décadas do período independente; a acelerada conquista do território; a presença de imigrantes de diferentes origens, escravos negros, indígenas, além dos descendentes dos colonos, constituindo a população heterogênea da nova nação em construção; as divergências entre esses diferentes grupos, com ênfase para os conflitos entre brancos e índios; a contraposição civilização *versus* natureza; os critérios para a implementação da justiça; o direito à propriedade privada das terras recém-conquistadas.

O artigo de Junqueira aborda as temáticas da revolução e da democracia nos primórdios do Estado-nação norte-americano. Nas posições político-ideológicas de Cooper aparecem as contradições e os debates políticos da primeira metade do século XIX. A defesa da república vem acompanhada do temor dos “excessos” da democracia, tal como se manifestaram, segundo essa visão, tanto no jacobinismo francês como no governo de Andrew Jackson, nos Estados Unidos (1829-37). O temor das multidões tomando o Estado de assalto - seja através de sublevações, seja através do voto universal - é compartilhado por europeus e norte-americanos no século XIX. As bruscas e intensas transformações da primeira metade dos oitocentos, na Europa e nos Estados Unidos, provocam, como reação, a defesa intensa, por parte de certos setores da intelectualidade, dos valores aristocráticos e do conservadorismo. Junqueira mostra as contradições entre as posições políticas de Cooper - defensor da aristocracia agrária e do controle do governo pelas elites - e a mitologia do Oeste, na qual os pequenos proprietários rurais, os *farmers*, são considerados os “verdadeiros” pioneiros, os *self made men*, os efetivos conquistadores do território. Cooper, um dos mais importantes construtores da mitologia da fronteira, defendia, entretanto, a segurança da grande propriedade, a “desigualdade natural” entre os membros da sociedade, o poder aristocrático. A construção das mitologias segue, portanto, trilhas nem sempre previsíveis e coerentes. As fontes que fornecem os elementos simbólicos, as imagens e as metáforas a partir das quais as mitologias são construídas podem ser ressignificadas em diferentes contextos.⁴

Cooper pode ser considerado, a partir da análise de *Os Pioneiros*, como um saudosista dos tempos anteriores à expansão acelerada do capitalismo, à rápida urbanização, à conquista desordenada e destruidora do Oeste. Sua preocupação com a preservação da natureza e a crítica à busca desenfreada pelo sucesso, sem as restrições dos valores morais,

⁴ Cf. Raoul Girardet (1987).

estão expressas através do personagem de Nataniel Bumppo⁵, herói romântico que havia aprendido com os índios a valorizar a simplicidade da vida e a harmonia com a natureza selvagem, com o *wilderness*.⁶

O personagem de Natty Bumppo, conforme mostra Junqueira, simboliza um dos tipos característicos da mitologia do Oeste: “o homem solitário e armado, sem grandes recursos, mas com sentimentos nobres e princípios morais, que vive em meio à natureza, sem os confortos da civilização”. Bumppo representaria a liberdade do indivíduo cerceada pela presença do Estado, através de suas leis, regras e autoridades - também um valor caro à cultura política liberal. Entretanto, sua recusa à acumulação, seu modo de vida destinado exclusivamente à subsistência, entram em conflito com a imagem do norte-americano empreendedor, do *self made man*, que ambiciona e alcança o sucesso. Cooper - ainda que justifique a posição do juiz Temple quanto à necessidade das leis - apresenta em seu romance as contradições presentes nesse debate. Afinal, os antigos moradores do local tinham motivações pertinentes e justas para reivindicar a sua permanência. O personagem do juiz Temple, por sua vez, representa a civilização, a justiça, o equilíbrio, essenciais para a consolidação do Estado-nação recém-independente.

Ainda que Mary Junqueira demonstre que as relações conflituosas entre brancos e índios são as predominantes na narrativa de Cooper, considero que a presença dos imigrantes mereceria um destaque maior na sua análise. Como ela mesma afirma, a comunidade liderada pelo juiz Temple era constituída por vários imigrantes de diferentes origens (franceses, alemães, irlandeses etc). Os imigrantes, ansiosos por terras e ascensão social - e sem o apego ao solo americano -, constituiriam parte essencial daqueles caracterizados no romance como arrivistas e inescrupulosos. Nos Estados Unidos do século XIX - assim como em outros países do continente americano - o temor à igualdade de direitos e à “onipotência da maioria” tinha como alvo, em grande medida, as massas de imigrantes recém-chegadas.⁷ O medo das massas incluía, com frequência, um discurso nacionalista, de rejeição ao estrangeiro.

A presença dos escravos negros também mereceria maior realce. A ausência de ênfase nos conflitos entre negros e brancos, no romance,

⁵ A semelhança com o nome de Daniel Boone provavelmente não é coincidência

⁶ Cf. Mary A. Junqueira. *Op. cit.*

⁷ Nesse sentido, a obra do uruguaio José Enrique Rodó - *Ariel*, de 1900 - é exemplar. Como Tocqueville e Fenimore Cooper, Rodó teme os excessos da democracia e da igualdade (identificados por ele com o modelo político norte-americano) e defende a aristocracia do “espírito”. Cf. José Enrique Rodó (1991) e Antonio Mitre (2003).

poderia ser interpretada como uma defesa da escravidão por Cooper. Nesse sentido, a escravidão negra seria considerada, pelo autor dos *Leatherstocking Tales*, uma instituição útil à sociedade que se estava construindo, a qual poderia e deveria ser preservada. Deixo essa questão para a autora do ensaio.

WILLIAM JAMES E O DEBATE POLÍTICO NOS EUA

Cecília Azevedo buscou, através da reflexão em torno das idéias do filósofo norte-americano William James, recuperar, como ela mesma afirma, “uma tradição de dissenso” em relação à cultura política norte-americana dominante, que a autora denomina “ortodoxia do americanismo”. Segundo Azevedo, o Pragmatismo e as concepções políticas e filosóficas de William James têm relevância, fundamentalmente, porque possibilitaram a abertura de “uma representação alternativa da América”.

A autora sintetiza algumas das mais importantes concepções político-filosóficas de James, situando-o em seu tempo e lugar. As idéias centrais de James são breves mas claramente apresentadas: entre essas, sua defesa da inexistência de verdade absoluta – segundo o autor, a verdade está condicionada pelas ações e desejos humanos – e sua ênfase na força da crença, na justificação intrínseca ao ato de acreditar.

Cecília Azevedo enfatiza como as idéias dos adeptos do Pragmatismo significaram um rompimento com a concepção dos Estados Unidos como “terra prometida”, “profecia bíblica”, cara à tradição puritana norte-americana. Sendo a verdade condicionada pelas ações humanas, a primazia concedida à prática, não poderia haver um “destino manifesto”, preestabelecido, alheio às transformações pelas quais passava a sociedade norte-americana.

William James foi duramente criticado, como Cecília Azevedo apontou em seu artigo. Contemporâneos seus e autores de gerações posteriores o acusaram de defender posições antiintelectualistas, individualistas e utilitaristas. Sob o impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, Francisco Alambert – citado por Azevedo – escreveu uma duríssima crítica a James, relacionando-o a concepções justificadoras do imperialismo norte-americano.⁸

⁸ Francisco Alambert (2001).

Alambert relaciona a “vontade de crer”, defendida por James, à “vontade de poder”, valor caro às concepções culturais dominantes nos Estados Unidos. James seria, segundo Alambert, um porta-voz dos valores hegemônicos da sociedade norte-americana: fé no progresso, na democracia, no protestantismo, no sucesso e no monroísmo; defesa do “empirismo no campo da teoria do conhecimento (...) e [do] utilitarismo no campo da moral”. As concepções de James seriam “uma espécie de fundamentalismo laico da ideologia do progresso norte-americano”. O autor chega a afirmar que “o otimismo liberal dos pragmatistas de ontem antecipa o neoliberalismo pragmático de hoje”. No pensamento dos filósofos do Pragmatismo não havia espaço, segundo Alambert, para o questionamento do modelo de desenvolvimento norte-americano e, muito menos, para os oprimidos e excluídos dentro e fora dos limites da nação.

O artigo de Cecília Azevedo, por sua vez, mostra um outro William James, filiado a uma corrente de oposição ao expansionismo, ao imperialismo e a valores centrais da cultura política hegemônica nos Estados Unidos. A autora argumenta e demonstra que críticas como a de Alambert partem de uma visão apenas parcial do pensamento de James e desconsideram a sua inserção nos debates político-ideológicos de seu tempo.

Além de argumentar contra a idéia de que James e os pragmatistas seriam apóstolos do individualismo, Azevedo mostra a militância de James contrária ao imperialismo e em defesa do humanismo e do pacifismo. Sustentando o direito de autogoverno dos países ocupados por potências estrangeiras, atuando na Liga Antiimperialista ou atacando a guerra como mecanismo para resolver os conflitos internacionais, James revelou suas preocupações com o direito à autodeterminação e à diversidade cultural. Seu áspero debate com Theodore Roosevelt – um expoente da defesa do caráter belicista e da ação imperialista dos Estados Unidos – não deixa dúvidas em relação ao lugar que William James ocupou nessa contenda.

Enquanto Cecília Azevedo, citando o próprio James, explicita a postura contrária aos princípios do monroísmo por parte do filósofo, Alambert - também citando James - afirma, em seu artigo, a adesão de James à Doutrina Monroe. Entretanto, na passagem citada por Alambert, a expressão “doutrina do imortal Monroe” vem entre aspas: “Todos nós acreditamos em moléculas e na conservação da energia, em democracia e no progresso necessário, no cristianismo protestante e no dever de lutar pela ‘doutrina do imortal Monroe’”. O trecho citado - retirado da

conferência intitulada “A Vontade de Crer”, proferida por James a estudantes da Universidade de Harvard – tem um evidente tom irônico, desconsiderado por Alambert.⁹ Também é de se notar que o autor se baseia, para sustentar seus argumentos, apenas nesse texto de James, o único citado.

Pretendi ressaltar como, nas análises de Cecília Azevedo e Francisco Alambert, as concepções políticas e filosóficas de um mesmo autor – no caso, William James – foram interpretadas não só de maneira diversa, mas oposta: Azevedo considera James um expoente de uma corrente alternativa à cultura política dominante nos Estados Unidos e Alambert enxerga em James um porta-voz do americanismo protestante hegemônico.

O próprio Alambert admite que talvez esteja “correndo o risco de ser injusto com esse espírito solar”. Azevedo mostrou que sim.

Entretanto, o pensamento de James dá margem a interpretações discrepantes. Considero que, em seu texto, Cecília Azevedo poderia ter explorado com mais intensidade as “dificuldades e ambigüidades” presentes na obra de James, como a própria autora reconhece.

CARMEN MIRANDA: IMAGEM E SÍMBOLO DA AMÉRICA LATINA CONSTRUÍDOS POR HOLLYWOOD

Em seu artigo, Tânia da Costa Garcia analisa cinco filmes musicais produzidos pela *20th. Century Fox* nos quais Carmen Miranda atuou como atriz e cantora. Garcia mostra de que maneira esses filmes contribuíram para a Política da Boa Vizinhança do governo Franklin D. Roosevelt, na qual tem lugar central a retomada do pan-americanismo, isto é, a defesa da aliança entre os Estados Unidos e as demais repúblicas do continente americano, sob a hegemonia dos primeiros. Garcia chega a afirmar que “os musicais foram eficazes na veiculação de representações que difundiam idéias favoráveis às intenções expansionistas dos Estados Unidos”.

O argumento central de Tânia Garcia parte da “principal característica” dos filmes musicais norte-americanos, segundo Rick Altman: “o aspecto dual do gênero”. Essa dualidade - no caso das comédias musicais com a participação de Carmen Miranda realizadas pela *20th. Century Fox* – se manifesta através da construção de uma imagem

⁹ Cf. William James. *The Will to Believe* (1897).

dos Estados Unidos em oposição a uma imagem contrária da América Latina. Garcia mostra quais os elementos que, nos musicais, compõem essas imagens. Os Estados Unidos, através das personagens norte-americanas, são simbolizados como o espaço da razão, da disciplina, do controle, do trabalho, da modernidade. A América Latina, por sua vez, é vista como uma totalidade - sem distinção entre os países que a compõem - e caracterizada, através das personagens interpretadas por Carmen, como o lugar movido pela irracionalidade, instintos, espontaneidade, impulsividade, descontrole, gosto da festa, erotismo, indolência e recusa ao trabalho disciplinado. É a oposição entre o apolíneo (EUA) e o dionisíaco (América Latina), entre a civilização e a barbárie. A América Latina, primitiva, em estado de natureza, deve ser civilizada pelo “bom vizinho” do Norte.

A integração entre as Américas, o ideal pan-americano, se realiza, nos filmes, a partir de uma relação desigual entre uma América Latina primitiva, que aprende, e os modernos Estados Unidos. A Política da Boa Vizinhança se manifesta através da reedição do projeto pan-americano elaborado no final do século XIX. Como aponta Tânia Garcia, as personagens latino-americanas, encarnadas por Carmen, introduzem uma imagem virtual da América Latina: Carmen não é propriamente brasileira, argentina, cubana ou mexicana, mas um símbolo de toda a América Latina. A indumentária, as canções, a fala, o gestual das personagens de Carmen criam uma representação caricatural, uma, indivisível da América Latina.

Faço apenas mais algumas considerações em torno de outras duas questões que aparecem no texto de Tânia Garcia.

A idéia da unidade latino-americana, segundo afirmação da autora, teria sido concebida na França, sob o domínio de Napoleão III. No intuito de reforçar sua penetração econômica e cultural na América Ibérica, os franceses teriam formulado e divulgado a expressão América Latina, vinculando essa parte do continente americano às mesmas raízes culturais latinas da França. Sabemos que a trajetória da idéia de unidade, no espaço que hoje denominamos América Latina, é tortuosa. Desde as lutas de independência, nas primeiras décadas do século XIX, surgiram defensores de projetos unificadores dos novos Estados hispânicos que estavam se formando. Afirmar que a identidade latino-americana foi “inventada pela França”, do meu ponto de vista, não se sustenta. Ainda que a expressão América Latina tenha aparecido originalmente em território francês, não podemos ignorar a polêmica historiográfica em torno dos criadores da expressão. Sabemos da adoção e divulgação, por

parte de autores hispano-americanos radicados em Paris em meados do século XIX - como o colombiano José María Torres Caicedo -, do termo América Latina.¹⁰ Para além do debate em torno do(s) criador(es) da expressão, a construção de uma “identidade latino-americana” é um processo muito mais lento e complexo - e ainda hoje em negociação e (re)formulação – do que, com frequência, se supõe.

A outra questão refere-se ao tema da representação da natureza latino-americana nos filmes analisados. Ainda que se considere que o movimento denominado de “contracultura” tenha como proposta uma nova concepção da natureza como “força regeneradora da humanidade”, “paraíso perdido” - e não mais como “força selvagem que precisava ser domada pela civilização” –, julgar, conforme Fredrick Pike, que Roosevelt promoveu “entre os norte-americanos um outro olhar para a América Latina que não fosse de superioridade e dominação” entra em contradição com a própria análise acerca do papel dos filmes musicais analisados, no sentido do fortalecimento da propaganda pan-americanista. A valorização da natureza tropical não significa, como pretende Pike, o “respeito pela *diferença* latino-americana”. Como a própria Tânia Garcia afirma, o pan-americanismo propalado pelos musicais hollywoodianos pretendia, “em última instância, a subordinação de uma América Latina inferior à ‘superior’ nação do Norte”.

REPENSAR OS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DO BRASIL

A reflexão sobre as idéias, representações e mitos norte-americanos por parte de historiadores brasileiros é uma tarefa sumamente relevante. Considero que a pesquisa historiográfica brasileira sobre os Estados Unidos, ainda incipiente, deve ser crescente. As profundas transformações pelas quais o cenário internacional tem passado desde os anos 80 do século XX e o papel central ocupado pelos Estados Unidos no mundo atual exigem um esforço de análise e reflexão constante e crescente sobre a sociedade e a cultura norte-americana e acerca das relações dos Estados Unidos com outros países e regiões.

O esforço realizado por Mary A. Junqueira, Cecília Azevedo e Tânia da Costa Garcia demonstra que o olhar brasileiro sobre os Estados Unidos, numa perspectiva crítica, pode ser extremamente profícuo.

¹⁰ Cf. Arturo Ardao (1986), p. 160-3; Héctor Bruit (2002).

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Francisco. “O Sonho Pragmático”. In: *Folha de São Paulo, Mais!*, 21 de outubro de 2001, p. 8-9.
- ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In: Leopoldo Zea (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986, p. 157-171.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-6.
- BRUIT, Héctor H. “A Invenção da América Latina”. In: *V Encontro da ANPHLAC: Programação e Resumos*. Belo Horizonte: ANPHLAC, 2002, p. 62.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JAMES, William. *Pragmatismo - Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (“Os Pensadores”, vol. XL).
- JAMES, William. *The Will to Believe: And Other Writings from William James*. Paperback, 1995.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.
- MITRE, Antonio. “Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em *Ariel* de Rodó”. In: *O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 103-121.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A história política e o conceito de cultura política”. In: *LPH: Revista de História*. Mariana, MG: Depto. de História da UFOP, n.6, 1996, p.83-91.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
- SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. 4ª. ed., Brasília: Edunb, 1992, v.1, 306-8.